

humanitas

Vol. I - Vol. II


IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HVMANITAS

VOL. L • TOMO II
MCMXCVIII

2.ª PARTE DA MISCELÂNEA EM HONRA
DO DOUTOR JOSÉ GERALDES FREIRE



A FORMAÇÃO CONIMBRICENSE DE ANCHIETA

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO
Universidade de Coimbra

A vida quotidiana no Colégio das Artes pode apreciar-se através da leitura atenta dos processos inquisitoriais, publicados pelo prof. Mário Brandão¹, dos lentes João da Costa e Diogo de Teive.

João da Costa era o principal, quando em Julho de 1550, foi preso em Lisboa pela Inquisição. E a leitura das suas respostas aos inquisidores e das declarações das testemunhas, tanto de acusação como de defesa, permite concluir que o Colégio das Artes estava muito longe de ser aquela instituição laica, por oposição aos institutos religiosos, que muitos imaginam hoje.

A verdade é que a vida escolar de professores e alunos não excluía a prática religiosa diária, segundo o regulamento que já vinha do Collège de Guyenne. (*Proc. Costa*, p. 96). E o principal era extremamente rigoroso no que tocava ao cumprimento das obrigações religiosas dos alunos.

Assim, um frade de São Bernardo declara que “no dito Colégio (i.e. S. Bernardo) ele testemunha vira confessar-se o Réu (i.e. João da Costa) por três ou quatro vezes a dous padres e assi lhe parece que a um frei António de Campo Maior, e isto em festas principais e na Coresma, e que ele testemunha fora confessar algũas vezes ao Colégio d’El-Rei (i.e. Colégio das Artes) alguns colegiais do dito colégio e o Réu dizia a ele testemunha e lhe encomendava

¹ *O Processo na Inquisição de Mestre Diogo de Teive*. Coimbra, 1943; *O Processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, 1944. Na citação dos textos dos processos da Inquisição, substituí a fantasiosa e irregular grafia pessoal do escrivão da Inquisição, pela grafia moderna, todavia mantendo a imagem fonética das palavras. Mas não toquei no estilo do escrivão, estilo coordenativo e desmazelado, de fraco estilista da língua portuguesa. Limitei-me a colocar alguma pontuação, para facilitar a leitura.

que doutrinasse bem os ditos colegiais que fossem bem ensinados e que ele testemunha teve sempre ao Réu por homem de boa consciência e temente a Deus e que ouvia ele testemunha dizer geralmente no dito colégio que o Réu dava grandes penitências aos ouvintes que faltavam na missa.” (*Proc. Costa*, p. 132). Outra testemunha, Frei Diogo Peres, dos padres da Serra d’Ossa, declarou “que todas as vezes que ele testemunha ia ao Colégio pela manhã via o dito Réu estar ouvindo missa com os colegiais e via que se alguns faltavam os mandava chamar a suas câmaras e se alguns não vinham os castigava, e sabe ele testemunha que o Réu fazia confessar os seus colegiais nas ditas festas no artigo (de acusação) conteúdas, e incitava nas ditas festas que se confessassem e isto com grande zelo do serviço de Nosso Senhor e isto via ele testemunha assi passar.” (*Proc. Costa*, pp. 163-164).

E a respeito de Diogo de Teive declara D. Jorge de Ataíde, aquele que, segundo o *Processo Apostólico de Lisboa*, foi colega de José de Anchieta da 1.^a classe, regida por Teive: “Item preguntado ele testemunha se via ele que o Réu (Diogo de Teive) venerava muito os Santos e se dizia cousas em seu louvor e se poucos dias antes de ser preso dera um argumento em louvor de São Paulo, disse que ele viu o Réu venerar muito os Santos e dizer muitas cousas em seu louvor e que era verdade que alguns dias antes de ser preso na primeira Regra dera um argumento em louvor de São Paulo para que os seus discípulos o compusessem em verso e que ele testemunha via muitas vezes o Réu amoestar os seus discípulos que fossem bons e vertuosos e amigos de Nosso Senhor e que se confessassem e tomassem o Santo Sacramento e lhe dava muito bons exemplos e que ele testemunha tem para si que o Réu é muito bom cristão e amigo de Nosso Senhor e nessa conta o tem e nunca lhe viu fazer nem dizer cousa por onde lhe parecesse o contrário”. (*Processo de Teive*, p. 114)

Ainda a respeito de Teive, uma outra testemunha, Frei Francisco de Santiago, da Ordem de Santo Elói: “Preguntado ele testemunha se sabia que o Réu venerava muito os Santos e se dizia cousas em louvor deles e se muito poucos dias de o Réu ser preso dera um argumento em louvor de São Lourenço, disse ele testemunha que da dita pergunta nom sabia, somente que antes de o Réu ser preso, poucos dias, lendo na Segunda Regra, dera um argumento em latim em louvor de São Lourenço pera que os ouvintes o volvessem em verso, o qual argumento era ãa mea folha de papel pouco mais ou menos e no dito argumento o Réu louvava muito o bem aventurado São Lourenço e a paciência dos mártires e pelo que ele testemunha viu no Réu o tinha e tem por bom

cristão e temente a Deus e mais nom disse nem por mais foi preguntado.” (*Proc. Teive*, p. 148).

É curioso notar que, entre as poesias latinas de Anchieta, se conta um poema a São Lourenço que pode muito bem ser a reminiscência deste exercício do Colégio das Artes ou de outro semelhante. Com efeito, não se trata de um poema rimado e com acentuação nas sílabas tónicas, como alguns mais ao jeito popular e moderno, mas de uma autêntica ode em ritmos clássicos de Horácio, composta em estrofes de quatro versos, sendo os três primeiros hendecassílabos sáficos e o quarto um adónico. Dou a primeira estrofe como exemplo:

Martyr excellens fideique praeco
 Sancte Laurenti, Dominum sequendo
 Hostibus uictis, meritis triumphas,
 Auctus honore

— ◡ — — — ◡ ◡ — ◡ — —
 — ◡ — — — ◡ ◡ — ◡ — —
 — ◡ — — — ◡ ◡ — ◡ — —
 — ◡ ◡ — ◡

As restantes oito estâncias são igualmente sáficas e metricamente perfeitas.

Este poema só podia ter sido composto por um latinista consumado, seja qual for a época em que Anchieta o escreveu.

O poeta compôs ainda um *Auto de São Lourenço* de feição popular e destinado ao povo cristão, no Brasil.

Um dos seus biógrafos diz que Anchieta foi conhecido entre os colegas pelo *canário* de Coimbra, com alusão à bem conhecida ave canora e à sua terra de origem.

Como teria sido possível adquirir essa reputação entre os 1500 alunos que frequentavam o Colégio das Artes no seu tempo?

O Processo de João da Costa na Inquisição dá uma das respostas possíveis.

O ensino no Colégio das Artes incluía entre os seus processos pedagógicos a existência de concursos sobre temas dados a que podiam habilitar-se todos os que se sentiam competentes para tal. Além disso, a frequência das classes ou “regras” era feita por promoção dos melhores, não sendo necessário

aguardar o fim do ano lectivo para ser promovido, dado que havia concursos de promoção periódicos. Isto explica também como Anchieta foi logo colocado, ao entrar no Colégio, numa das classes mais adiantadas, porque os alunos eram tratados individualmente, examinados e classificados segundo os seus conhecimentos, independentemente da idade ou do tempo de frequência do Colégio. Tive ocasião de afirmar em La Laguna, terra de naturalidade de Anchieta, que o jovem estudante deve ter recebido no meio familiar e nas suas origens uma excelente preparação latina, antes de partir para Coimbra. E o mesmo se pode dizer de seu irmão Pedro Nunez que se matriculou directamente em Cânones, sem ter que passar pelo Colégio das Artes.

Mas vamos à questão da reputação coimbrã de Anchieta, provavelmente obtida pela vitória num concurso, como o que a seguir se descreve, no Processo de *João da Costa*.

É o próprio principal João da Costa quem conta as razões do ódio que lhe tinha uma testemunha de acusação, um aluno do Colégio, chamado D. Diogo de Alarcão: “Item quer-me mal porque o ano passado (1550), quando eu propus dous barretes aos da primeira classe, um pera aquele que melhor compusesse em oração outro pera o que melhor compusesse em verso e disse a Mestre Diogo de Teive que era lente da dita classe que me escolhesse os milhores e mais doutos dos seus discipulos pera contenderem sobre os barretes, ele mos escolheu, antre os quais vinha este dom Diogo e esteve na minha casa com os outros fechado, compondo sua oração, e depois que acabaram de compor fui onde eles estavam recolher as composições e não quis tomar a composição de dom Diogo e lhe disse que ele não havia de ler, do que ele ficou muito agravado por lhe parecer que eu lhe tirava sua honra.” (*Proc. Costa*, p. 240).

João da Costa não diz por que recusou receber a composição do aluno, mas toda esta descrição é cheia de interesse. Terá sido José de Anchieta um dos dois vencedores do barrete, naturalmente na prova de poesia? Um acontecimento como esse tê-lo-ia tornado famoso entre os alunos do Colégio. O barrete vem já na *Schola Aquitanica*, o regulamento do Collège de Guyenne, onde é designado por *pileus scholasticus* (Leitão Ferreira e J. Carvalho, *Not. Chron. da Univ. de Coimbra*, 2.^a parte, III, i, p. 271).

Mas havia competições frequentes entre os escolares, muitas vezes nos dias feriados, nas quais um bom poeta latino, como José de Anchieta, podia distinguir-se. Além disso, informa Costa, “cada sábado faço fazer disputas gerais assi aos gramáticos como aos dos cursos e todos os três cursos se ajuntam

e cada curso dá suas conclusões e disputamos na capela do colégio três horas antes de jantar e duas depois.” (*Proc. Costa*, p. 25). Note-se que “jantar” então era o actual almoço, porque o jantar de hoje se chamava “ceia”.

Das acusações e faltas de cumprimento das normas religiosas, a mais consistente parece-me aquela de que tanto Costa como Teive comiam carne em dias proibidos pela Igreja e ocasionalmente não observavam o jejum obrigatório.

Os dois professores defendem-se, alegando indisposição física e doença que levava os médicos a recomendarem o uso da carne, e a debilidade, motivada pelo excesso de trabalho, que lhes não permitia suportar todos os jejuns que então eram de preceito.

Na verdade, como tive ocasião de dizer, na primeira parte desta comunicação, o regime de trabalho dos alunos era duro e fatigante, podemos mesmo dizer, violento. Mas o dos professores que faziam trabalhar estes alunos não era menos cansativo.

Nos *Processos de Costa e Teive*, há vários testemunhos a este respeito.

Assim, Costa fala das suas ocupações de principal e de mestre: “Entende provar que em Coimbra sempre teve muitos e grandes trabalhos, assi no regime do Colégio e dar ordem a se haverem mantimentos para os colegiais e pessoas dele, como também nas obras, porque não se fazia nada nelas sem seu mandado e sem ele intervir em tudo, e assi, em governar perto de mil e quinhentos estudantes desvairados de condições, gente nova portuguesa e muitta fidalga que lhe moíam os ossos e a vida, e em ler também algũas vezes por lentes que eram ausentes ou estavam doentes e por razão destes imensos trabalhos e sua má disposição do braço, enxaqueca e vómitos e icterícia, que teve algumas vezes, comeu carne em dias proibidos, como já tem confessado, e seriam cinco ou seis vezes em todo o tempo que esteve em Coimbra, o que fez com muita necessidade & também ceou em alguns dias de jejum como já tem confessado, o que também fez com muita necessidade. E diz que os lentes do Colégio tem muitos e imensos trabalhos em ler seis horas de lição cada dia e em dar latins a seus discípulos e lhos emendar e em estudar suas lições de noite, por não lhe ficar tempo de dia, e que tem para si que alguns que com ele nos tais dias cearam, o não fariam sem necessidade (...)” (*Proc. Costa*, pp. 93-94).

De modo idêntico se exprime Diogo de Teive: “Por esta causa (i.e. a fragilidade física dos intelectuais) e também pelos imensos trabalhos que teve continuamente em Coimbra onde sempre leu seis horas de lição cada dia e leu livros muito escuros e muito difíceis sobre os quais lhe era necessário

estudar muitas horas e assi trabalhou muito em exercitar seus discípulos na composição de versos e orações no que fez mui grande fruto, como se vê claramente, e com estes trabalhos, canseiras e doenças às vezes nam podia jejuar nem o fez por lhe parecer que sem pecado o podia fazer, porque cada vez que se achava em desposição para isso jejuava, mas com necessidade mui grande e por nam cair em algũa doença, o que qualquer bom e católico cristão faria, no que lhe parece que nam pecou, pois o fez com necessidade..." (*Proc. Teive*, p. 78).

As seis horas de aula diárias eram uma violência a que nem todos queriam sujeitar-se, como aconteceu com o alemão Vicente Fabrício, lente de Grego na Universidade, que, mandado ensinar no Colégio das Artes pelo rei D. João III, a pedido do principal Costa, não levou a bem tal iniciativa e votou ódio de morte ao principal: "e porquanto a lição de grego que ele era obrigado a ler nas escolas gerais não é senão de ãa hora em cada dia e a que eu lhe pretendia fazer ler no Colégio era de seis horas cada dia ficou muito agravado de mim, assi polo muito grande trabalho que ele teria lendo a classe ordinária no Colégio, como também por lhe parecer que era sua desonra deixar de ler nas escolas gerais (i.e. na Universidade) seu grego e vir ler no Colégio gramática e dizia publicamente que eu lhe ordenara aquele trabalho e desonra e fez ãa carta difamatória contra mim e disse mal de mim a muitas pessoas e que muito pouco tempo seria eu principal daquele Colégio." (*Proc. Costa*, pp. 240-241).

No ambiente de viva competição do Colégio das Artes, assim como os professores eram exigentes com os alunos, também estes não poupavam os mestres, quando os mestres não cumpriam. Deste modo, viu-se Belchior Beliago acusado por seus discípulos, segundo o testemunho de Diogo de Teive: "Também Beliago me tem um grande ódio porque o tempo que eu servi de principal o reprendi muitas vezes, porque não entrava na classe para ler senão muito tarde e depois de todos, o que lhe eu tinha a muito mal, reprimendo que nam fazia bem seu officio. Testemunhas: Antonio Mendes, Mestre Jorge e ele mesmo o nam negará. E porquanto seus discípulos se aqueixavam que ele nam estudava e que perdiam o tempo, o amoestava e o reprimia como pertencia a meu officio, dizendo-lhe que deixasse as mercadorias que trazia entre mãos, de cavalos, de panos de linho e doutras cousas e que deixasse de mandar empimir livros alheos pera ganhar dinheiro. Testemunhas são Antão da Costa que lhe comprou um cavallo, Mestre João escocês, os frades de São Francisco, seus discípulos." (*Proc. Teive*, p. 175).

Estas e outras acusações a Belchior Beliago existem também no Processo

de Costa. A mais impressionante para um professor de hoje será talvez aquela de fazer imprimir livros alheios para proveito próprio. E essa parece, em parte, verdadeira. Beliago fez imprimir uma *Logica Aristotelis ab eruditissimis hominibus conuersa*, em que, entre outros, há dois livros do seu colega Grouchy, aliás, devidamente identificados com o nome do autor. Quero crer que Nicolau Grouchy terá autorizado essa impressão. Tudo isto pode ver-se na *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI* de António Joaquim Anselmo, Lisboa, 1926. De resto, Beliago tem o cuidado de informar no cólofon: “Excussum fuit opus Melchioris Beliago diligentia ac impensis in gratiam litterarum.” Foi portanto uma iniciativa benemérita: “in gratiam litterarum...”.

Outros aspectos da vida escolar no Colégio das Artes podem ser relacionados com actividades futuras de Anchieta, por exemplo, o teatro e o estudo da Natureza. Ambas as referências se encontram no *Processo de Teive*.

O teatro vem a propósito de um dos possíveis acusadores de Teive (o acusado defendia-se, por hipótese, porque não era informado da identidade do acusador), por causa dum incidente, relacionado com uma peça latina do humanista. Esse acusador era, segundo Teive supunha, um tal Pedro Leitão, aio dos fidalgos Câmaras, irmãos do capitão da ilha de Madeira. Um dos Câmaras entrava na peça e o seu aio proibiu-o de representar.

Mas deixemos falar Diogo de Teive: “Este é um Pero Leitão que teve comigo deferenças por quanto eu encomendei a um irmão do capitão da ilha meu discípulo que fosse figura com outros moços fidalgos nãa tragédia a qual eu fiz representar em Santa Cruz num auto solene que fazia o Senhor D. António, filho do Infante D. Luís, e querendo o dito meu discípulo fazer o que eu lhe encomendava, ele Pero Leitão, que é seu aio, mostrando-se muito imperioso lho defendeu, que em nenhuma maneira o fizesse, polo que lhe eu chamei ingrato e mal cortês (...)” (*Proc. Teive*, p. 172).

Note-se como Teive acentua que os actores da sua tragédia eram moços fidalgos. Aliás, os fidalgos comiam no Colégio, em mesa à parte...

O bacharelato de D. António, futuro prior do Crato e rei de Portugal, foi em 16 de Março de 1550, portanto, poucos meses antes da prisão de Diogo de Teive, quando Anchieta estava em Coimbra.

Numa defesa em latim contra os seus acusadores, que faz parte do processo, Teive incluiu esta tragédia entre as provas da sua ortodoxia:

“Extant duae tragoediae *David et Judith* quibus uariis locis non pauca de corporis huius fragilitate et abiectiōne, animae immortalitate diuinitateque a me tractantur” (*Proc. de Teive*, p. 68): “Aí estão duas tragédias *David e Judite*,

em vários passos das quais disserto sobre não poucos aspectos da fragilidade e abjeção do corpo humano e da imortalidade e divindade da alma.”

De facto, as tragédias renascentistas eram ocasião de reflectir sobre a matéria que mais preocupava os espíritos na altura, os temas teológicos.

Naturalmente, depois da sua prisão, Teive ficou com pouca vontade de publicar as suas tragédias de argumento bíblico (a do bacharelato de 1550 foi *David*) e compôs uma outra de argumento histórico actual, sobre o falecimento do príncipe herdeiro D. João, pai de D. Sebastião, com o título de *Ioannes Princeps Tragoedia* que fez imprimir em Salamanca, em 1558².

Anchieta pode perfeitamente ter assistido à representação de *David*, ou pelo menos, ter sido informado do seu argumento, até por ouvi-lo recitar no Colégio das Artes aos actores escolhidos, todos eles estudantes.

Quanto ao estudo da natureza, escreveu o mesmo Teive na sua defesa em latim. O réu conta que nas tardes dos dias feriados, quando chovia ou fazia calor na cidade, se reuniam no seu quarto vários professores, que cita, a conversar e a discutir. Mas que, quando o tempo era favorável, “per campos herbis cognoscendis operam dabant cuius scientiae omnes per quam studiosi erant et nonnullos ex auditoribus ad eius rei studium illexerant, quae res satis nota ac testificata est omnibus Conimbricensibus.” (*Proc. Teive*, p. 70): “pelos campos se entregavam ao estudo das plantas, ciência a que todos eram muito dedicados e a cujo estudo tinham atraído alguns dos alunos, como é do conhecimento geral em Coimbra”.

Estas preocupações com o estudo da natureza eram correntes na época. Garcia de Orta, médico, que fora professor de Artes na Universidade de Lisboa, investigava, pela mesma altura, as plantas da Índia Oriental.

A extraordinária carta latina de Anchieta³ sobre os animais e plantas do Brasil, escrita de São Vicente, a 31 de Maio de 1560, que pode hoje ler-se comodamente na tradução de Serafim Leite, comentada por Hélio Viotti, é um documento excepcional desta vocação de naturalista que pode ter vindo a Anchieta do tempo de frequência do Colégio das Artes de Coimbra. Três anos

² Cf. *Diogo de Teive: Tragédia do Príncipe João* por Nair de Nazaré Castro Soares. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1977.

³ Ver P.^o Joseph de Anchieta, S. J., *Cartas. Correspondência Ativa e Passiva*. Pesquisa, introdução e notas do P.^o Hélio Abranches Viotti, S.J., São Paulo, Edições Loyola, 1984, p. 121-150. Recensão de A. Costa Ramalho em *Humanitas* XXXVII-XXXVIII, Coimbra, 1985-86, pp. 379-380.

depois, em 1563, publicava Garcia de Orta em Goa um livro que intitulou de *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia*, que deu a volta ao mundo culto na versão latina abreviada de Clusius.

Para terminar, gostaria de falar agora um pouco sobre o regime do Colégio das Artes no tempo de Anchieta. Já me referi às 6 horas diárias de cada professor, que correspondiam naturalmente às 6 horas cada dia dos alunos.

Agora, vou traduzir o regulamento latino de Coimbra, que não difere muito da *Schola Aquitanica* de Bordéus, isto é, as normas que estavam em uso para os alunos internos.

São os Estatutos do Colégio das Artes, de 26 de Abril de 1548.

Traduzo do latim o capítulo: "*Oeconomia Seruanda in Gymnasio Regio*":

"Em primeiro lugar, um dos dois porteiros, todos os dias, às quatro horas da manhã, dará um sinal com a campainha, depois percorrerá os quartos de todos, baterá às portas, e nos meses de inverno oferecer-lhes-á o lume".

"Hora e meia depois", portanto, às cinco e meia da manhã, "dará um sinal para que todos se preparem para a cerimónia religiosa. E em breve, logo que soem as seis horas, avisará de novo com o toque da campainha, para que todos se recolham na igreja e estejam prontos para começar a missa.

Os rapazes na cerimónia, em grupos de dois, recitarão as horas, de joelhos, com a modéstia e reverência que a ocasião e o lugar requerem.

Os apontadores das classes, no fim da missa, entregarão ao principal da Escola, por escrito, os nomes dos que faltaram.

Entretanto, em casa, os criados tratem de ter tudo a postos, para que a refeição esteja pronta para os que regressam da igreja.

Às sete horas, o porteiro dará o sinal para a lição extraordinária. E segunda vez, para a lição ordinária, dará o primeiro sinal às sete e meia, para que todos se preparem para a lição; o segundo sinal será dado às oito em ponto, hora a que todos deverão estar presentes ante os seus professores, nos auditórios.

Duas horas depois, será dado seguidamente o sinal de concluir as prelecções, e de começar as disputas privadas que durarão uma hora.

Acabadas as disputas, será dado o sinal de almoço, a cujo som os comensais se reúnem e se aproximam da mesa para a bênção.

Os alunos da quarta classe, e os restantes das classes anteriores, distribuídos por semanas, durante o almoço e o jantar, recitarão alguma coisa das letras sagradas, enquanto os restantes ouvem em silêncio, presidindo o

Principal ou quem desempenhar as suas funções.

Os criados de mesa, no final do almoço e do jantar, ao sinal da campainha, apresentar-se-ão na sala para recolher os restos.

Acabados o almoço e o jantar, os alunos da quinta classe e os restantes das classes seguintes, distribuídos por semanas, darão graças ao Sumo Deus, enquanto os outros respondem.

À uma hora da tarde, o porteiro dará o sinal para a lição extraordinária que durará até às duas horas. Acabada ela, começará outra, também extraordinária, que acabará às três horas.

Para a lição ordinária será dado o primeiro sinal meia hora antes das três, para que todos se preparem para ela. O sinal seguinte será às três horas em ponto, altura em que todos devem estar presentes diante dos seus professores nos auditórios.

Em seguida, duas horas mais tarde será dado o sinal de acabar as preleções e de começarem as disputas privadas que durarão uma hora.

Acabadas as disputas, será dado o sinal de jantar no qual se observarão todas as mesmas práticas de que falámos no almoço.

Depois do jantar, dadas as graças, os alunos internos recolher-se-ão aos auditórios, para darem conta aos seus preceptores das lições do dia. Depois, ser-lhes-á permitido jogar no pátio, até ser dado o sinal para se cantar o hino.

O hino, então, que será cantado na igreja, de Páscoa até Pentecostes, é o *Regina coeli*; no resto do ano, aos sábados, cantar-se-á a *Salve Regina*, nos outros dias, *Christe, qui lux es et dies*, com as orações costumadas. Terminadas elas, os alunos internos recolher-se-ão cada um a seu quarto.²⁴

O regulamento talvez precise de breves explicações. Assim, por exemplo, creio que as lições extraordinárias que começavam de manhã, às 7 horas, e de tarde, à uma hora, eram as lições de substituição das que, por qualquer motivo, doença ou ausência do professor, não tinham podido realizar-se à hora própria, no dia marcado.

Quanto às disputas, deviam ser revisões da matéria estudada em que os alunos se interrogavam uns aos outros, como que desafios para revelar os mais hábeis, visto que o ensino era altamente competitivo.

²⁴Francisco Leitão Ferreira (editado por Joaquim de Carvalho), *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, 2.^a parte, vol. III, i, Coimbra, 1944, pp. 303-305. Aí pode ler-se o original latino, aqui traduzido.

Um regime deste rigor dificilmente seria suportado pelos alunos e professores de nossos dias, mas fazia latinistas acabados, num tempo em que a cultura era ainda mais internacional do que hoje, porque expressa numa só e mesma língua, o latim que era então aprendido como um idioma vivo.

Com efeito, o seu uso era obrigatório na área do Colégio das Artes, dentro e fora das aulas, para professores e alunos. Ocasionalmente, uma ou outra expressão podia ser traduzida para português, no caso dos estudantes das classes iniciais.

Não existe um programa dos autores estudados na fase inicial do Colégio das Artes, mas não é difícil imaginar que não diferia muito do expresso na *Schola Aquitanica*, programa de Bordéus, da autoria de André de Gouveia, primeiro principal de Coimbra.

Depois de um início, aos seis ou sete anos, com os salmos e as orações da Igreja, e dos elementos da Gramática Latina, na décima classe, os alunos passavam aos *Disticha Catonis*, aprendidos de cor, na nossa classe. Da oitava classe em diante, vinha um conjunto de autores, em que predomina Cícero, cujas *Epistulae*, em todas as suas subdivisões, eram minuciosamente analisadas, ao longo de vários anos. E compreende-se porquê: uma das modas, entre os humanistas, era a correspondência em latim, para a qual Cícero era considerado o melhor modelo.

Entretanto, a *Gramática Latina* ia sendo aprofundada: a de Despautério em Bordéus; em Portugal, certas edições aperfeiçoadas de Pastrana, Nebrija, e possivelmente os portugueses Estêvão Cavaleiro, D. Máximo de Sousa e ainda o flamengo Clenardo.

A prosa era claramente dominada por Cícero: depois das *epistulae*, as *orationes* e os tratados de matéria vária.

Pelo seu tom coloquial, o primeiro poeta a ser estudado, era Terêncio. A princípio, diálogos de comédias esparsas, depois comédias inteiras.

Os poetas vinham a seguir, com Ovídio à cabeça, por ser mais fácil. Em anos sucessivos, os *Tristia*, *Ex Ponto*, os *Fasti*, as *Metamorphoses*, etc.

A métrica latina era aprendida com um fim prático e imediato: a composição de versos em latim, começando pelos pequenos poemas ou epigramas, dos quais derivou o soneto das línguas modernas.

Finalmente, na 2.^a classe, de Cícero continuavam a ler-se os discursos e os tratados de Retórica. E ainda, Vergílio, Ovídio e a *Pharsalia* de Lucano.

Na 1.^a classe, preceitos de Oratória de Cícero e Quintiliano. E um leque variado de autores: Tito Lívio, Justino, Séneca, Eutrópio, Pompónio Mela. Em

verso, Vergílio, Lucano, Pérsio, Juvenal, Horácio, Ovídio, com a recomendação de escolher textos que não ofendessem a castidade.

E muitos exercícios de Declamação, em latim naturalmente, e tanto em público como em privado.

Nos dois anos de Filosofia, que vinham a seguir, estudava-se a Dialéctica e a Física, esta baseada em Aristóteles. Por fim, havia as prelecções públicas sobre Grego, que já vinha sendo estudado desde a quinta classe, e Matemática que podia ser frequentada já nos últimos anos de Gramática.

Com esta bagagem literária e científica, escreveram-se livros como o *Commentarius de rebus in India apud Diu gestis anno salutis nostrae MDXLVI*, a “Crónica do 2.º cerco de Diu”, impressa em Coimbra, em 1548, e traduzida pela primeira vez para a nossa língua em 1997 por Carlos André. Foi seu autor Diogo de Teive, professor do Colégio das Artes, de quem já tanto falámos hoje.

E, posteriormente, no período jesuítico, o *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam Dialogus*, uma obra de mais de 400 páginas, sobre a vinda à Europa duma embaixada de jovens aristocratas japoneses, escrita pelo P.º Duarte de Sande, antigo professor do Colégio das Artes, e publicada em Macau, em 1590. Foi editada neste ano de 1997, também na cidade de Macau, na China, a tradução que dela fiz, por iniciativa da Comissão dos Descobrimentos e da Fundação Oriente⁵.

Ao lado destas obras, em prosa latina de alta qualidade, não deixam mal colocado o Colégio das Artes de Coimbra os poemas que José de Anchieta compôs, quer em metros dactílicos, quer em ritmos líricos das *Odes* de Horácio, para não falar de outros textos em prosa (cartas) e em verso, todos saídos da pena de um grande humanista que foi também um poeta inspirado.

⁵ Cf. Recensão de Nair de Nazaré Castro Soares em *Humanitas* XLIX (1997), pp. 325-330.